

Ciganos Portugueses
Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição

Maria Manuela Mendes e Olga Magano (organizadoras)

CIGANOS PORTUGUESES

OLHARES PLURAIS E NOVOS DESAFIOS NUMA SOCIEDADE
EM TRANSIÇÃO



LISBOA, 2013

© Maria Manuela Mendes e Olga Magano (organizadoras), 2013

Maria Manuela Mendes e Olga Magano (organizadoras)

Ciganos Portugueses. Olhares Plurais e Novos Desafios Numa Sociedade em Transição

Primeira edição: outubro de 2013

Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8536-26-6

Depósito legal:

Composição em caracteres Palatino, corpo 10

Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso

Capa: Nuno Fonseca

Revisão de texto: Manuel Coelho

Impressão e acabamentos: Europress, Ld.^a

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa

Tel.: (+351) 217 903 238

Fax: (+351) 217 940 074

E-mail: editora.cies@iscte.pt

Site: <http://mundossociais.com>

Índice

Índice de figuras e quadros	vii
Agradecimentos	ix
Prefácio	xi
Introdução.	
Olhares plurais e cruzados sobre os ciganos portugueses.....	1
<i>Maria Manuela Mendes e Olga Magano</i>	
Parte I Ciganos na Europa	
1 Gypsies in Europe, between a problematic past and potentialities	13
<i>Alain Reyniers</i>	
2 “Sangre y costumbres”	17
<i>Juan F. Gamella</i>	
Parte II Ciganos em Portugal	
3 Visibilidade social, políticas públicas e controvérsias espaciais	39
<i>Alexandra Castro</i>	
4 Habitação e integração social	61
<i>Álvaro Pereira e Margarida Rebelo</i>	
5 A construção de uma “comunidade de palavras”	71
<i>Micol Brazzabeni</i>	
6 Políticas públicas de qualificação de adultos e comunidades ciganas.....	81
<i>Maria do Carmo Gomes</i>	

7	Etnicidade cigana e religião	93
	<i>Donizete Rodrigues</i>	
8	O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal	111
	<i>João Filipe Marques</i>	
9	Reflexões sobre a questão cigana em Portugal	123
	<i>José Gabriel Pereira Bastos</i>	
10	Discriminação percebida e sentida pelos ciganos da área metropolitana de Lisboa	133
	<i>Maria Manuela Mendes</i>	
11	A matriz normativa da população portuguesa cigana	165
	<i>Sónia Costa</i>	
12	Introversão e derivas	175
	<i>Daniel Seabra Lopes</i>	
13	Percursos de integração de ciganos portugueses	191
	<i>Olga Magano</i>	
14	A população cigana do Nordeste Transmontano	207
	<i>Lurdes Fernandes Nicolau</i>	
15	Relações interétnicas, dinâmicas sociais e estratégias identitárias	223
	<i>Carlos Jorge dos Santos Sousa</i>	
Parte III Testemunhos de Prática Profissional, Intervenções e Projetos		
16	Habitação e vizinhança para famílias de etnia cigana	239
	<i>António Baptista Coelho</i>	
17	Religião	249
	<i>Francisco Monteiro</i>	

Índice de figuras e quadros

Figuras

3.1	Distribuição da população cigana a residir em alojamentos não clássicos, por distrito	42
3.2	Posição das variáveis no cruzamento das duas dimensões	44
3.3	Descrição das situações tipo	45
3.4	Causalidades associadas à precariedade habitacional.....	55
4.1	Avaliação das representações do bairro (%)	64
4.2	Modelo quadripolar para o estudo da identidade étnica minoritária ...	66
4.3	Tipos identitários, segundo a localização geográfica (%).....	67
15.1	Manuel António Botas	226
15.2	Manuel Botas.....	227
15.3	Maria de Sousa Maia e José Paulos Maia	228
15.4	António Maia	231
15.5	A urna coberta com a bandeira nacional.....	233
16.1	Privilegiar uma resposta tipológica pormenorizada — do conjunto urbano bem integrado à pormenorização — às mais diversas situações físicas, paisagísticas e de modos de vida e de uso da casa e do espaço urbano. Não há tipologias a descartar, há, sim, tipologias mais ou menos adequadas, e há aqui um riquíssimo campo para o aprofundamento da qualidade do projeto arquitetónico e do estudo dos casos de referência	241
16.2	Há soluções de partilha dos mesmos edifícios multifamiliares nos seus vários pisos e com acessos distintos e autonomizados que convém estudar — nos casos já desenvolvidos e respetivos aspetos positivos e negativos	243
16.3	Uma alternativa tipológica e de integração que parece responder bem a diversas questões colocadas neste artigo é proporcionada por pequenas bandas densas de edifícios unifamiliares com pátios exteriores privados, espaçosos e privatizados.....	244

16.4	Importa ter em conta e trabalhar global e pormenorizadamente o carácter mais ou menos coletivo ou público dos espaços residenciais exteriores que servem uma dada comunidade cigana.....	245
------	--	-----

Quadros

2.1	Estimated Gitano population by Autonomous Community. Spain 2003	21
3.1	Dados comparativos de pessoas a residirem em alojamentos não clássicos: população total e cigana.....	41
4.1	Avaliação do habitat da população cigana realojada em Lisboa e no Porto (%).....	63
4.2	Tipologia identitária da população de matriz cigana, segundo a idade e o sexo (%).....	68
4.3	Representações sobre o grupo étnico de pertença e o grupo maioritário (%).....	68
13.1	Distribuição dos entrevistados por idades e por género.....	194
13.2	Origem social dos entrevistados por género	195
13.3	Estado civil dos entrevistados por género	195
15.1	Registos paroquiais do casamento de Manuel António Botas com Francisca da Conceição e Sousa Botas, e do batismo dos seus filhos	228
15.2	Dimensões culturais: o caso das irmãs Botas	230

Prefácio

Este é um livro que contribui de maneira muito substancial para colmatar o défice de conhecimento sobre um grupo específico de portugueses, que são objeto corrente de percepções negativas cristalizadas e generalizadas à população portuguesa em geral.

Se a secular persistência da distintividade cigana tem alimentado a formação e reprodução, geração após geração, dessas percepções profundamente enraizadas na mente coletiva, nem por isso as ciências sociais, e a sociologia em particular, têm estado particularmente ativas na produção de um conhecimento objetivo sobre este grupo. É daqueles casos em que a visibilidade social de uma determinada categoria de pessoas supera largamente, e talvez por isso até ofusque, a respetiva visibilidade sociológica.

O défice de conhecimento de que falamos junta-se a um défice mais amplo de integração social, que se sabe ser de longa duração, grave e complexo e que, por isso mesmo, deveria suscitar junto dos cientistas sociais uma atenção redobrada. Não é verdade que essa atenção tem sido dada a grupos minoritários de origem migrante, com uma presença muito recente na sociedade portuguesa, e sobre os quais, no entanto, a bibliografia sociológica e de outras ciências sociais é extensíssima?

A decisão das autoras de chamarem a título a designação “Ciganos Portugueses” se, por um lado, os distingue de algumas pequenas comunidades de ciganos estrangeiros residentes em Portugal, por outro lado, não pode deixar de ser interpretada como uma necessidade de reafirmar a própria condição de cidadania destas pessoas na sua definição formal mínima, a de membros de uma coletividade nacional. Pelo menos à primeira vista, para muitos outros portugueses, é como se os ciganos portugueses não o fossem também.

Se é fácil verificar que a vastíssima comunidade sociológica portuguesa, desde os pais fundadores até às novíssimas gerações, tem demonstrado pouco interesse pelos ciganos em Portugal, esse desinteresse generalizado não atinge as organizadoras deste volume. Manuela Mendes e Olga Magano têm dado muito do seu talento e esforço ao estudo científico dos ciganos portugueses, incluindo a

realização por ambas de teses de doutoramento neste domínio, além de outras pesquisas.

Como Diretores, respetivamente, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e do Centro de Estudos sobre Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta, à data da realização do colóquio internacional que deu origem à presente obra, não podemos senão congratularmos pelo trabalho realizado pelas investigadoras dos nossos Centros e agradecer o convite que nos dirigiram para redigir esta breve nota de abertura.

Elas conseguiram reunir no colóquio e depois neste livro, num total de 17 capítulos, os contributos da grande maioria dos membros da pequena mas ativa comunidade de estudiosos portugueses da questão cigana, bem como de colegas estrangeiros de referência, e ainda de profissionais de intervenção social.

A julgar pela enorme participação no colóquio referido — mais de 500 pessoas estiveram inscritas nos dois momentos do mesmo, um realizado no ISCTE-IUL e outro na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Instituto de Sociologia) — este livro terá certamente procura e impacto duradouro.

Fernando Luís Machado e Ana Paula Beja Horta

Introdução

Olhares plurais e cruzados sobre os ciganos portugueses

Maria Manuela Mendes e Olga Magano

Numa sociedade marcada pela transitoriedade, pela velocidade, pela incerteza, pelo risco (Beck, 1992; Giddens, 1998 [1990]) e pela fragilidade dos laços humanos, ou seja, a modernidade líquida (Bauman, 2001) e sobremodernidade (Augé, 2007), parece oportuno e pertinente o desafio lançado a alguns investigadores, técnicos e elementos da sociedade civil: produzir uma reflexão multidimensional e interdisciplinar sobre as transformações que têm marcado a situação dos ciganos portugueses. Foi, então, neste contexto que se tornou possível reunir um conjunto heterogéneo de textos, que constituem olhares plurais e cruzados que intersejam disciplinas, abordagens, referenciais empíricos e opções metodológicas de carácter díspar.

A publicação organiza-se de forma articulada em três dossiês: no primeiro é possível encontrar, a partir dos textos de Alain Reyniers e Juan Gamella, uma panorâmica sobre o passado, o presente e o futuro dos ciganos que vivem no espaço europeu; no segundo dossiê, é possível resgatar um olhar atual e solidamente fundamentado que capta a complexidade e a diversidade dos estudos ciganos em Portugal, contando com os contributos de Alexandra Castro, Álvaro Pereira e Margarida Rebelo, Micol Brazzabeni, Maria do Carmo Gomes, Donizete Rodrigues, João Filipe Marques, José Gabriel Pereira Bastos, Maria Manuela Mendes, Sónia Costa, Daniel Seabra Lopes, Olga Magano, Lurdes Fernandes Nicolau e Carlos Jorge dos Santos Sousa. No terceiro e último dossiê, apresentam-se dois testemunhos sobre domínios mais centrados numa prática profissional e de intervenção concreta, o de António Baptista Coelho e o de Francisco Monteiro. De uma forma sintética, nestes textos são apresentados resultados de estudos e testemunhos que se intersejam e que procuram tematizar questões políticas, institucionais, culturais e de enraizamento na textura da sociedade portuguesa.

Aproveitando os vários e idóneos contributos reunidos nesta publicação, parece-nos oportuno fazer um ponto de situação circunstanciado sobre a produção de conhecimento a respeito das pessoas e famílias ciganas na sociedade portuguesa. Sem pretendermos reincidir recursivamente e de forma excessiva sobre alguns temas considerados mais “tradicionalis” e “óbvios” mas sem os desconsiderar,

como a questão das origens históricas e a situação de pobreza e exclusão social deixam antever manifestações institucionais e socialmente difundidas de discriminação e de racismo, traduzidas em desigualdades estruturais, prefere-se trazer a debate novos conhecimentos e ângulos de análise que se prefigurem como um contributo para a compreensão das tendências sociais e das dinâmicas conducentes a formas de mudança social e cultural entre os ciganos portugueses.

Na história europeia, nomeadamente na Península Ibérica, a contextualização histórica marcada pela tensão e conflito entre o poder instalado e uma população chegada que resiste à assunção das normas instituídas marcou profundamente as relações entre ciganos e não ciganos, como aparece evidenciado nos textos de Alain Reyniers e Juan Gamella. A vivência fortemente associada ao nomadismo ou itinerância foi durante muitos anos elemento condicionador para o estabelecimento de relações mais duradouras e estabilizadas entre os que chegavam e os que já estavam nos locais (Elias e Scotson, 2000 [1965]).

Na história portuguesa, com as transformações sociais e políticas resultantes da instauração de um regime democrático, muitos aspetos em termos de direitos sociais e de cidadania têm sido alargados, o que implica, necessariamente, a consideração constitucional de todos os portugueses como iguais e a afirmação do universalismo das políticas sociais. Este princípio orientador despoletou algumas alterações da postura e responsabilização do Estado e da sociedade em geral sobre as condições de vida dos seus cidadãos, nomeadamente em relação aos grupos social e economicamente mais desfavorecidos em que se enquadram alguns segmentos dos ciganos portugueses. Torna-se crescente a preocupação para com os indivíduos e famílias em situação de pobreza e exclusão social, com a convicção de que devem ser criadas condições de acessibilidade para os que à partida se encontram em posições mais difíceis ou até desigualitárias.

Não obstante a mudança de postura por parte do Estado no tratamento dos ciganos enquanto cidadãos portugueses, o que se passa é que continua a não existir um conhecimento geral, quantificado e de enquadramento dos contornos contemporâneos dos ciganos portugueses e menos ainda o reconhecimento das suas especificidades socioculturais, sendo lugar-comum reconhecer a importância de o fazer, o que várias vezes foi pensado e discutido mas, lamentavelmente, não assumido e não concretizado. Por si só a realização deste diagnóstico não trará a solução milagrosa ou receita fácil e universal a aplicar, mas permitirá adequar as medidas e as propostas às pessoas ciganas e às suas necessidades mais prementes. Não obstante a reprodução de um discurso mnemónico (social, político, mediático e científico) em torno da precariedade das condições de vida das pessoas ciganas no que se refere à falta de rendimentos, aos problemas de habitação, às baixas taxas de escolarização e de formação profissional e à forte dependência de subsídios do Estado, na realidade, o que acontece é que tem havido um défice (ou mesmo ausência) de medidas sociais que permitam equacionar de forma estrutural a persistência destes problemas “clássicos” e “naturalizados” associados às pessoas ciganas.

Obviamente que não se trata de uma singularidade da sociedade portuguesa, mas de uma regularidade que marca de um modo geral as condições de existência das pessoas ciganas que residem na Europa, como podemos aferir através dos

textos de Juan Gamella e de Alain Reyniers que abrem esta publicação, razão que levou a União Europeia a assumir esta questão e a elaborar uma Estratégia Europeia de Integração dos Ciganos, com a devida replicação ao nível de cada um dos países membros (ACIDI, 2011). No entanto, há a ressaltar algumas diferenças, pois em alguns países, como por exemplo Espanha, há já todo um trabalho que se desenvolve há várias décadas a nível das Regiões Autónomas e das organizações não governamentais, com programas específicos de integração de ciganos, sobretudo no que se refere a programas de realojamento, mas também de escolarização, formação e inserção profissional. Não é nosso objetivo fazer aqui comparações, até porque as realidades sociais são distintas, mas há um hiato que não temos conseguido transpor, situação que se reflete nos resultados obtidos pelas investigações antropológicas e sociológicas sobre os ciganos portugueses.

Se durante muito tempo o tema foi deveras marginal em termos académicos e mesmo dentro das várias ciências sociais, desde a década de 1990 e mais ainda atualmente existe uma pluralidade considerável de trabalhos de investigação de reconhecido mérito em termos científicos, onde se podem recolher resultados produzidos a propósito de vários indicadores que nos vão revelando “novos” eixos, outros olhares e outras formas de conhecer a complexidade cultural e a diferenciação dos modos de vida das pessoas e famílias ciganas, mas que, contudo, surpreendentemente, teimam em não ser considerados pelos poderes públicos, assistindo-se, muitas vezes, à reprodução de conceções reificadoras e mesmo discriminatórias, nomeadamente pelos órgãos governativos e instituições responsáveis pela gestão da diversidade.

É tendo em conta a importância dos vários conhecimentos produzidos através da pesquisa científica, mas também pela acumulação de saberes de profissionais de intervenção social, que esta obra procura contribuir para a rutura com a formulação linear sobre os ciganos portugueses, ou seja, entendemos que é vital aprofundar e conhecer a partir do quadro geral já desvelado, através por exemplo de microanálises aprofundadas das relações sociais, dos modos de vida, nas suas várias dimensões muito para além da quantificação do fenómeno social, numa ótica de *grounded theory* (Strauss e Corbin, 1997) e uma abordagem pragmática (Boltanski e Thévenot, 1991), que permita o reencontro da história, da sociologia e da antropologia, capaz de conceber a plasticidade dos atores sociais e a sua competência em ajustar-se às situações, enquanto modos possíveis de se apreender a diversidade e perceber as transformações sociais.

Olhando por este prisma ficamos a conhecer um pouco melhor os cidadãos ciganos portugueses e, desde logo, questiona-se se de facto estaremos perante uma “questão cigana” e como é que ela pode ser problematizada. Maria Manuela Mendes, no capítulo “Discriminação percebida e sentida pelos ciganos da área metropolitana de Lisboa”, refere que quase sempre os ciganos surgem referenciados pelos média e no discurso popular como um grupo “problemático” e gerador de conflitos, a viver nos interstícios ou “nas margens” da sociedade em contraste com o meio social envolvente embora também eles sejam parte dessa mesma sociedade, talvez porque, como refere a autora, os ciganos vivenciam uma situação de “etnicidade forte” (Machado, 1992) na medida em que se demarcam do espaço envolvente

pela condição social, características demográficas, concentração espacial, práticas socioculturais e modos de vida, havendo ainda um desconhecimento e não reconhecimento das singularidades deste grupo.

Por outro lado, a maior parte dos ciganos portugueses, independentemente do seu estatuto socioeconómico, continua a rever-se e a reconhecer-se nesta designação e a reivindicar uma identidade comum e a partilhar certos traços culturais, como se pode aferir a partir dos estudos aqui apresentados por João Filipe Marques, Maria Manuela Mendes e Olga Magano, em que se constata que há, portanto, processos de identificação face a um conjunto de valores e normas culturais e simbólicas transversais, apesar da heterogeneidade entre grupos e indivíduos ciganos. Ou mesmo a centralidade assumida pelo “código normativo” cigano leva Sónia Costa, no texto “A matriz normativa da população portuguesa cigana: pertinência do objeto de estudo”, a explorar de que forma é que a *lei cigana* contribui para a regulação e organização dos ciganos portugueses. Para responder a esta questão, a autora propõe-se conhecer e compreender o código normativo das pessoas ciganas, seus contextos e processos de produção e reprodução.

Perante os ciganos, a curiosidade e a surpresa de investigadores, técnicos e sociedade em geral refletem-se, por vezes, numa certa tendência para a exotização e folclorização, acentuando-se ora o seu primitivismo, genuidade, “pureza”, ora a sua assimilação e evolução (Mendes, 2007). Os preconceitos exacerbados para com este “coletivo” são abordados por João Filipe Marques, em “O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal: sequelas de uma modernização”, verificando-se a sua corporização em atitudes e comportamentos por parte dos restantes portugueses relativamente aos ciganos, demonstrando que o racismo em Portugal não se reduz nem se esgota na questão migratória. Como refere Marques, mesmo as pesquisas que têm outros grupos como objeto de estudo acabam por afirmar que as principais vítimas do racismo em Portugal são as “coletividades” de ciganos portugueses espalhadas um pouco por todo o país, e que estas serão, provavelmente, vítimas de um racismo mais virulento do que aquele que atinge outros grupos (Mendes, 2007), o que nos faz pressupor que efetivamente estamos perante uma questão sociológica em torno dos ciganos, entendida como “questão cigana”, e que passa pelo racismo mas também por problemas ligados à participação cidadã desta “coletividade histórica” no conjunto mais largo da sociedade (ver texto de João Filipe Marques). Esta mesma situação é designada por Bastos, Correia e Rodrigues (2007) como “ciganofobia”, exercida quer por parte do Estado quer pela sociedade civil, e que se reflete na recusa em enfrentar a questão como um problema histórico de discriminação dirigida à população cigana.

Para Alexandra Castro, em “Visibilidade social, políticas públicas e controvérsias espaciais”, as relações entre espaço e sociedade, quando associadas aos ciganos, geram controvérsias com contornos espaciais, sendo pela sua visibilidade social que nascem tais controvérsias, se produzem identidades e se determina quem é de incluir ou de excluir do benefício das políticas públicas. A autora alerta para uma espécie de seleção no acesso à cidade e às oportunidades potenciadas pelas políticas públicas. A dualidade enraizamento e movimento/circulação aparece ilustrada a partir de uma pesquisa etnográfica levada a efeito por Micol Brazzabeni

a respeito de algumas famílias instaladas na região algarvia. Numa outra perspetiva, Álvaro Pereira e Margarida Rebelo, no capítulo intitulado “Habitação e integração social: que desafios lançam os grupos étnicos minoritários?”, revelam os resultados de um estudo feito em alguns bairros sociais de Lisboa e Porto e constataam que ninguém quer viver junto de famílias ciganas, sendo de realçar que 22% dos ciganos evitariam viver junto de outros ciganos se pudessem escolher. Há, portanto, a este nível uma certa continuidade de práticas e discursos, sobretudo pela insistência em políticas de habitação de promoção pública deficitárias, fragmentadas e geradoras de processos de estigmatização e de segregação socioétnica, bem evidentes nas operações de realojamento que normalmente decorrem nas periferias e nos espaços suburbanos. Em complementaridade, o texto de A. Baptista Coelho apresenta uma reflexão de recorte programático, esmiuçando uma resposta tipológica em termos de habitat para “minorias étnicas”.

Para além do ponto de vista das relações sociais ráticas e discriminatórias que estão na origem de relações sociais desiguais no que respeita ao exercício efetivo de cidadania, denota-se ainda que a maioria da população cigana vivencia o que Castel (2000) designa vulnerabilidade societal. Ou seja, muitas vezes os indivíduos que se encontram nas circunstâncias de não integração económica e social são vistos como supranumerários, excedentários da vida económica e, por vezes, também da social. Parecem estar a mais por não ocuparem um lugar estável na estrutura social. Não têm “utilidade” social e há tendência para pensar que só trazem problemas, alguns até, aparentemente, de natureza insolúvel. Em relação ao centro da vida económica e social em que se produz riqueza e poder, o que acontece nas zonas periféricas da vida social é tributário do que ocorre no coração da estrutura social, onde as leis do mercado e a concorrência entram em jogo e se tomam as decisões políticas.

Nos vários resultados conhecidos sobre a situação socioeconómica dos ciganos evidencia-se uma forte correlação entre modos de vida associados à pobreza e exclusão social, o que, para Luís Capucha (2010), se traduz numa fraca capacitação para o exercício cívico, em que se destaca a propensão para a fraca capacitação escolar ou de formação profissional dos indivíduos mais pobres, comprometendo as suas possibilidades de inserção social nos mais diversos domínios, tais como educação, habitação, emprego e saúde, entre outros.

Nos estudos sobre a pobreza e exclusão social algumas interrogações sociológicas adensam-se, já que as famílias ciganas surgem frequentemente identificadas como um dos grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa, sendo o analfabetismo e a iliteracia uma das dimensões que mais contribuem para essa situação. Apesar da escolaridade mínima ser obrigatória, muitos homens e mulheres ciganos continuam a não a cumprir. Porquê? Tem toda a pertinência perceber as razões subjacentes a esta continuidade de iliteracia, analfabetismo ou baixas taxas de alfabetização. Maria do Carmo Gomes, em “Políticas públicas de qualificação de adultos e comunidades ciganas: movimentos inclusivos”, introduz o conceito de “literexclusão”, que consiste numa dimensão de exclusão social que revela incapacidades processuais de os indivíduos se relacionarem e utilizarem a informação escrita em materiais impressos através das competências básicas de literacia, como são a leitura, a escrita e o cálculo. Segundo a

autora tal situação traduz-se num fenómeno associado a indivíduos com baixas competências de literacia e que se revela com particular intensidade nas pessoas ciganas. O facto é que a baixa escolarização e qualificação profissional condicionam fortemente outras dimensões da vida dos indivíduos, nomeadamente a capacidade de aceder a um emprego no mercado de trabalho e de se relacionar e perceber o funcionamento das instituições.

Na sequência de políticas sociais entendidas como ativas, desde meados da década de 1990 o encaminhamento de muitos cidadãos ciganos para medidas de educação de adultos (como o ensino recorrente e os cursos de alfabetização), de formação profissional e outras ações de formação e a frequência da escolaridade obrigatória para um grupo cada vez maior de crianças e jovens ciganos são um resultado inequívoco do papel que esta medida de política social teve nas dinâmicas de escolarização da população cigana e de que ainda não conhecemos de forma alicerçada as consequências (ver texto de Maria do Carmo Gomes). Nesta conceção, a formação funciona como contrapartida do rendimento social de inserção, sendo muito deste tipo de formação certificada e contando para a qualificação formal desta população, com a adoção de metodologias e ajustamentos aos percursos às necessidades dos adultos. Ainda de acordo com Maria do Carmo Gomes, a relação estabelecida entre as políticas sociais e as políticas de qualificação de adultos é um dos mais poderosos instrumentos de combate à pobreza de um modo duradouro, criando oportunidades de desenvolvimento individual autónomo e condições para a mobilidade social ascendente. O que poderá ser entendido como o *ciclo virtuoso* das políticas públicas, enquanto mecanismo ao serviço do desenvolvimento social e económico de um país e da melhoria do bem-estar e qualidade de vida das suas populações. Um dos desafios à investigação passa pela garantia de continuidade e disseminação de resultados de estudos neste âmbito.

Porque a realidade social é movente e a vida das pessoas ciganas também, há outras transformações vividas relacionadas com os modos de vida, tendo em conta os espaços habitados, as relações sociais e a atividade económica. O facto é que há fortes contrastes e assimetrias entre os ciganos que vivem em zonas rurais e os que residem em territórios urbanos. Lurdes Nicolau no seu estudo sobre os ciganos de Bragança apresenta-nos a diferenciação entre o modo de vida dos ciganos nas aldeias de Bragança por comparação com os que vivem na cidade. Nas aldeias é frequente o recurso ao trabalho dos ciganos na agricultura e na pastorícia, distanciando-se da imagem de subsídio-dependentes e destacando-se quer do modo de vida dos ciganos que residem em meio urbano brigantino, quer noutras cidades (por exemplo, com os modos de vida retratados por Daniel Seabra Lopes no seu estudo realizado na cidade de Lisboa). Em meio urbano as relações sociais tendem a circunscrever-se ao grupo familiar que reside nas proximidades ou, por vezes, noutros bairros e esporadicamente em localidades afastadas, sendo a interação com não ciganos essencialmente de carácter institucional e comercial (ver texto de Lurdes Nicolau).

Nas grandes concentrações habitacionais com um número expressivo de residentes ciganos o controlo sobre as práticas sociais é muito mais rígido, como ilustra Daniel Lopes no estudo desenvolvido num bairro de Lisboa, sendo sobreponíveis

três segmentações fundamentais: a que separa ciganos e não ciganos; a que, dentro do círculo imaginário que engloba todos os ciganos, separa homens e mulheres; e a que, dentro do mesmo círculo, separa várias famílias extensas.

Há também outras modalidades de integração social de indivíduos ciganos através da inserção no mercado de trabalho por via da escolaridade e da qualificação profissional, mas também percursos singulares e plurais, enquanto opções de vida individuais ou familiares (por exemplo, através de casamentos com não ciganos), ou seja, por várias razões existem ciganos integrados em Portugal, como desvela Olga Magano no capítulo “Percursos de integração de ciganos portugueses”. Também Juan F. Gamella, com respeito ao contexto que se vive em Espanha, faz alusão a diferenças interclassistas entre as elites ciganas, as classes médias e a classe popular. Na perspectiva de Daniel Lopes, em “Introversão e derivas: ao encontro dos ciganos de Lisboa”, aquilo que normalmente se chama uma identidade étnica, ou uma modulação étnica da identidade, resulta da combinação e da influência mútua entre estes dois aspetos. Ser cigano implica ver-se a si próprio na condição de objeto de um discurso abstrato mas muito poderoso, organizado pelos *senhores*, o que naturalmente condiciona as oportunidades de vida das pessoas ciganas. Embora sejam mais conhecidas as descontinuidades e fraturas entre ciganos e não ciganos, a análise de Carlos Jorge dos Santos Sousa revela a existência de continuidades pouco debatidas pela bibliografia nacional e que são analisadas num quadro de intensas relações interétnicas entre ciganos e não ciganos.

Para além de ciganos cujas famílias sempre foram integradas pelo seu estatuto socioeconómico elevado ou pelo respeito que sempre mereceram, outros há que fizeram uma trajetória de mobilidade social ascendente, quase sempre tendo por base um percurso de qualificação escolar e profissional distintivo. Esta pluralidade nem sempre é fácil de apreender e de perceber pela ofuscação gerada pela adoção de perspectivas interpretativas redutoras, lineares e deterministas sobre os ciganos portugueses.

A pluralidade de modos de vida existe e não radica apenas no tipo de atividade económica exercida ou na escolarização realizada, mas também na afirmação religiosa, nomeadamente com base na Igreja Evangélica de Filadélfia (ver texto de Donizete Rodrigues neste livro e Blanes, 2006). Donizete Rodrigues, em “Etnicidade cigana e religião: a Igreja Evangélica de Filadélfia de Portugal”, esclarece que os cultos ciganos transbordam emoção e paixão. O sofrimento é vivido coletivamente e serve para reforçar os laços comunitários. O testemunho de cada convertido e o seu reconhecimento pelo grupo acaba por criar, entre o indivíduo e a sua comunidade, estreitos laços de pertença, já que aqui encontram certeza, segurança, proteção e aconchego. Os ciganos evangélicos assumem uma mudança de postura, tanto em relação ao transcendente, como em relação ao seu comportamento quotidiano e relacionamento com os outros ciganos (não evangélicos) e a sociedade envolvente. Ou seja, as mudanças são na relação com a sociedade dominante, mas também nas relações intraciganas, entre ciganos evangélicos (bem comportados) e ciganos não evangélicos (ainda propensos a comportamentos desviantes). Para ser um bom “evangélico” é preciso deixar de beber álcool, de fumar e de se drogar. Estas mudanças podem ter consequências importantes e positivas tanto para os indivíduos

como para os grupos familiares, configurando-se como um dispositivo provavelmente mais eficaz enquanto difusor de práticas sociais do que muitos programas ou medidas sociais que muitas vezes são mal-sucedidos ou geradores de efeitos perversos.

A relevância de algumas políticas sociais, a par da ação da Igreja e das organizações não governamentais, tem contribuído de forma incontornável para o empoderamento e melhoria das condições de vida dos ciganos, não só em Portugal mas também em Espanha e noutros países europeus.

É por estas razões que esta publicação constitui um contributo válido para compreender e equacionar as mudanças que atravessam longitudinalmente a sociedade e os ciganos portugueses. Esta coletânea que agora se dá à estampa constitui um desafio aos leitores, na medida em que empreende uma revisão crítica dos saberes dispersos, díspares e fragmentados sobre os ciganos em Portugal, abrindo-nos um campo de reflexão amplo, útil e operativo, ao disponibilizar uma multiplicidade de conhecimentos atuais produzidos por investigadores de várias áreas científicas sob o mote “olhares interdisciplinares e plurais sobre os ciganos portugueses”.

Referências bibliográficas

- ACIDI (2011), *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas*, Lisboa, Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares / Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Augé, Marc (2007), *Não-Lugares. Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, 90.ª Editora.
- Bastos, José G. P., André Clarezza Correia, e Elsa Rodrigues (2007), *Sintrensens Ciganos. Uma Abordagem Estrutural-Dinâmica*, Lisboa, Câmara Municipal de Sintra e ACIDI.
- Bauman, Zygmunt (2001), *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, Londres, Sage Publications.
- Blanes, Ruy Llera (2006), *Aleluia. Música e Identidade Num Movimento Evangélico Cigano na Península Ibérica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, tese de doutoramento.
- Boltanski, Luc, e Laurent Thévenot (1991), *De la Justification. Les Economies de la Grandeur*, Paris, Editions Gallimard.
- Capucha, Luís (2010), “Qualificar as pessoas, abrir as sociedades: prioridades para a erradicação da pobreza”, *Sociedade e Trabalho*, 41, Lisboa, GEP/MSSS, pp. 41-58.
- Castel, Robert (2000), “A precariedade de transformações históricas e tratamento social”, em Marc-Henry Soulet (org.), *Da Não-Integração*, Coimbra, Quarteto, pp. 21-38.
- Elias, Norbert, e John L. Scotson (2000 [1965]), *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a Partir de Uma Pequena Comunidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Giddens, Anthony (1998 [1990]), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora (trad. de Fernando Luís Machado e Maria Manuela Rocha).
- Machado, Fernando Luís (1992), “Etnicidade em Portugal: contrastes e politização”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 123-136.

- Mendes, Maria Manuela Ferreira (2007), *Representações Face à Discriminação. Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, tese de doutoramento.
- Straus, Anselm, e Juliet Corbin (orgs.) (1997), *Grounded Theory in Practice*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications.

